



“FLORESTA MEDITERRÂNICA – ABORDAGENS INOVADORAS NA GESTÃO E NOS MERCADOS”

Inovar para rentabilizar a floresta

Texto . Emília Freire

Fotos . David Oitavem

Nesta conferência, a UNAC quis mostrar, com exemplos reais, que há formas de inovar neste setor, considerado “tradicional” e associado a uma baixa taxa de inovação, em particular na produção. Os participantes puderam conhecer iniciativas, como o uso das ZIF ou da certificação florestal para rentabilizar a floresta, além de novas formas de valorizar a produção da pinha, subindo um patamar na cadeia de valor, ou da cortiça, através de uma plataforma de transação.

Na apresentação das conclusões da conferência, Pedro Silveira, diretor da União Floresta Mediterrânica (UNAC), salientou que “os exemplos apresentados e debatidos nesta conferência, e que tem correspondência efetiva no terreno e na economia, são extremamente relevantes porque demonstram a capacidade de promoção da inovação que está a impulsionar o setor”.

Logo a seguir, no enquadramento inicial que traçou do setor, Nuno Mendes Calado, secretário-geral da organizadora da conferência, destacou dois setores em que a UNAC está e vai apostar ainda mais este ano: a cortiça e o pinheiro manso.

A abrir os ‘casos práticos’, Marta Ribeiro Telles, da Associação de Produtores Florestais da Beira Interior (AFLOBEI) – que tem cerca de 200 associados e gere uma área que

ronda os 65 mil hectares – falou da promoção e integração de investimentos nas ZIF – Zonas de Intervenção Florestal, referindo as suas potencialidades e constrangimentos.

A AFLOBEI, como entidade gestora, criou sete ZIF, de dimensões diversas, num total de cerca de 62 000 ha (área aderente em torno de 39 600 ha) e 433 aderentes, com recurso ao Fundo Florestal Permanente e ao ELA, ITI-TejoInternacional.

“A estratégia de Portugal para a floresta tem de encontrar soluções para os constrangimentos de quem a planeia e executa no terreno”, adiantou Marta Ribeiro Telles, por isso, para haver futuro para as ZIF e ser atraente aderir a este modelo “terá que haver apoios diferenciados e redução na complexidade dos processos”.

Isabel Q. Melo, da Associação dos Agricul-

tores da Charneca, que veio falar sobre a experiência da ACHAR em termos de certificação florestal, salientou que “a certificação florestal garante ao consumidor que os produtos vêm de explorações bem geridas, respondendo assim às preocupações ambientais e sociais da sociedade em relação às florestas”.

A responsável apresentou os dois sistemas de certificação florestal existentes em Portugal: Forest Stewardship Council – FSC, com mais de 286 mil hectares certificados obedecendo aos dez princípios fundamentais, e Program for the Endorsement of Forest Certification – PEFC, com mais de 222 mil hectares certificados respondendo aos seis critérios base, salientando que pode haver certificação individual, de grupo ou regional (só PEFC).



A floresta precisa de abordagens inovadoras, diz o secretário de Estado das Florestas, Daniel Campelo

Nas vantagens da certificação Isabel Melo destacou as de mercado (novos mercados, internacionalização, aumento da capacidade negocial, valorização do produto, etc.) e de gestão (maior eficiência e menores custos). Especificamente sobre o grupo ACHAR, a responsável afirmou que este surgiu no final de 2008, com sete aderentes e uma área de cerca de 4500 ha, e tem hoje 29 aderentes com mais de 27 800 hectares, nos dois sistemas de certificação.

Isabel Melo evidenciou as mais-valias deste importante instrumento de mercado, ao possibilitar uma valorização e o escoamento preferencial do produto, e que está a suscitar muita adesão por parte dos produtores florestais.

Subir na cadeia de valor: apostar no pinhão negro

Pedro Silveira, também presidente da Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado (ANSUB), apresentou depois um caso de um investimento feito por um produtor de pinheiro manso, na primeira fase de transformação de pinha em pinhão negro (com casca). “O processo não é muito complicado e pode gerar mais-valia financeira a curto prazo”, garantiu, até porque “o preço do pinhão negro está indexado ao do pinhão e não ao da pinha”, frisou.

“O objetivo tem de ser profissionalizar a produção, para que os produtores consigam uma produção sustentável economicamente, através de uma estratégia de verticalização da atividade”, afirmou.

No caso apresentado, um produtor da ANSUB investiu 83 000€ numa unidade de transformação com capacidade diária de 15

toneladas (1200 t/ano), obtendo na venda do pinhão negro, em vez da pinha, uma mais-valia de 89%. Claro que os anos não são todos iguais, alertou Pedro Silveira, deixando três questões para reflexão: “Será que os produtores estão em condições de abdicar de uma mais-valia desta ordem?; Não seria uma boa oportunidade para os produtores se agruparem, concentrando a oferta?; e Sendo o destino principal do pinhão, a exportação, não deveria o Estado apoiar mais esta produção, tentando que as mais-valias ficassem no País?”

Por último, Conceição Santos Silva da Associação de Produtores Florestais de Coruche (APFC), veio apresentar a Plataforma de Transação de Cortiça, demonstrando a importância da organização da oferta de matéria-prima, quer para os produtores quer para a indústria.

A responsável salientou que a APFC decidiu criar a plataforma porque o mercado está muito concentrado do lado da indústria, pelo que “é necessário que do lado da produção haja um esforço de organização”.

A plataforma, que tem três anos, é um espaço físico para encontro dos produtores e industriais, sendo apoiada no método APFC de amostragem da qualidade da cortiça no campo e tem um papel facilitador da comercialização e do acesso ao mercado de todos os parceiros do setor.

Depois de algumas questões da plateia, Pedro Silveira apresentou as conclusões da conferência destacando a importância da inovação para o futuro do setor.

Como diretor da UNAC destacou também as prioridades da organização para a floresta mediterrânica: reconhecer as especificida-

des das várias realidades florestais portuguesas e delinear as políticas com esse enquadramento; promover a Inovação IE & D, definindo o que são as necessidades prioritárias em termos de conhecimento florestal, de forma a orientar a investigação para os resultados que o setor necessita; implementar um programa de apoio ao investimento florestal prioritariamente direcionado para as necessidades mais prementes do setor; garantir a elegibilidade das áreas de sobreiro, azinheira e pinheiro manso para efeito dos pagamentos diretos aos agricultores no âmbito da PAC pós-2013; e assegurar a progressiva qualificação profissional das entidades e agentes com intervenção no setor florestal, reforçando a formação profissional, as ações de divulgação do conhecimento e a introdução e processos inovadores.

No encerramento da conferência, o secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural afirmou que “as abordagens inovadoras são fundamentais na floresta”, destacando que “é importante que os agentes que estão no terreno influenciem estas práticas inovadoras”.

Daniel Campelo, referindo que subscrevia “integralmente” as conclusões da conferência, garantiu: “vou levar comigo estas conclusões”, “porque este tipo de reflexão é também fundamental para servir de suporte a quem tem de decidir”. ☺



“Não seria uma boa oportunidade para os produtores se agruparem, concentrando a oferta?”, questiona Pedro Silveira